



# CONSIDERAÇÕES SOBRE O FATO EDUCACIONAL

Rubem Barbosa Rosadas

---

Neste ensaio, o autor condena formas educacionais assentadas no ensino de "reações observáveis exteriormente", defendendo que não se pode entender educação senão "como instrumento de consolidação harmoniosa da personalidade do aprendiz e de integração dos homens entre si".

Reconhecendo que, hoje, se torna muito difícil satisfazer essa concepção, ele afirma que os educadores costumam refugiar-se em uma "pedagogia cartorial e milagreira, onde o homem fica esquecido em favor dos métodos".

---

## O CONCEITO

Poucas palavras já se prestaram a tantas mistificações como a educação.

Todos falam dela.

Em momentos eleitorais quase cada candidato a inclui em suas falações. Não falta quem lhe aponte as deficiências. Burocratas decidem sobre ela com o desembaraço que lhes anima a ignorância enciclopédica. *Snobs* se referem constantemente à falta de educação vigente. Não falta, sequer,

a invocação ingênua que a identifica com o atributo do homem amável e delicado.

## Conceito Usual

Tais afirmações perdem qualquer utilidade quando conduzidas sem a devida fundamentação. Frequentemente ela se vê tomada como sinônimo de erudição. Ser educado, então, seria saber muito, sobre muitas coisas e no maior número possível de situações. Conforme tal

conceito, consistiria na vã tarefa quantitativa de encher os educandos de uma sabedoria balofa, resultante da formalidade estéril de transmitir o acervo da verdade oficial.

A inconsistência dessa concepção se reflete na aridez intelectualista do ensino formal e ocioso, que a nada serve, senão para citações ocasionais e medíocres, alienadas às necessidades da realidade. À falta de senso prático, elas reclamam objetivos mais concretos, capazes de orientar os educandos para a vida.

### Conceito Pragmático

Pessoas de melhor entendimento superaram o conceito usual pelo pragmático, que passa a atribuir à educação a finalidade precípua de preparação para a vida.

Longe de nós contraditarmos o alcance dessa proposição. Mas não poderemos deixar de ressaltar que sua aplicação vem muito deteriorada, pela visão de um preparo predominantemente social e profissional, esquecido do desenvolvimento pessoal do educando.

O êxito — e, ainda menos, o apenas sucesso profissional — não pode ser o fim último da educação.

Ela não pode ficar limitada ao treinamento do educando para o desempenho e o lançamento dele em condições vantajosas na competição de alto nível.

Educar não consiste no simples planejamento da atividade do vencedor.

Se bem observarmos, não faltam ao nosso redor indivíduos muito bem sucedidos mas com um caráter incompatível com a estrutura de homens bem educados. Médicos, por exemplo, que dispõem sua competência ao sabor do assassinato e do aborto, ficam muito longe do que entendemos por pessoas bem educadas. Assim, engenheiros trapaceiros, intelectuais embusteiros, advogados procuradores da criminalidade, autoridades torturadoras, financistas desonestos, padres “metingueiros”, artistas pornográficos etc. são apenas alguns tipos que podem ser até muito bem sucedidos a despeito de deseducados. Aliás, quanto maior seu nível pessoal de proficiência, melhor se configura sua falta de educação, na medida em que colocam, indiferentes, a própria competência ao sabor dos desvios de sua atividade profissional.

Não se pode separar, do homem educado, seu conteúdo ético.

### Conceito Ético

A pura habilitação profissional é insuficiente para tornar alguém educado. Não basta ensinar, nem mesmo muito ou até bem, para que se esteja propiciando educação. A transmissão de conhecimentos só é educativa se ensinar aquilo julgado moralmente bom, segundo uma hierarquia de valores múltiplos e variáveis, conforme a área cultural, a época e até as condições locais. Os valores da cultura islâmica, por exemplo, não corres-



pondem inteiramente aos da cristã e, mesmo em cada uma delas, haverá diferenças ao longo do tempo e ao sabor das necessidades e recursos contingentes.

Separada da estreiteza do rendimento profissional, a educação cobrirá extensa gama de valores que culminarão em um fim último capaz de encerrar o processo individual de aperfeiçoamento. A distância de tal fim dependerá do padrão cultural perseguido pela filosofia proposta pela cultura, ora naturalista, às vezes espiritualista.

Em formas de vida materialistas (como as naturalistas que visam a construir o "belo exemplo de animal sadio", a comunista destinada a construir agentes da produção social, a socialista destinada a igualar as oportunidades de consumo ou a pragmatista preocupada com a construção de indivíduos eficientes) o fim último se haverá de consumir em termos concretos de finalidade histórico-sociais imediatas.

Já a educação espiritualista terá fins sobrenaturais, situados além das contingências materiais imediatas. A educação budista preparando o indivíduo para se identificar com o nirvana, a espiritista para o processo da reencarnação, a cristã, judaica e mussulmana buscando a salvação individual da alma, têm um fim último transcendental.

É claro que, em qualquer de suas variedades, a educação não se pode limitar a transmitir valores e sua hierarquia — mesmo os mais sublimes

valores espirituais — e sim levar o educando à sua realização concreta vivida nas situações práticas. Os convencionais e os hipócritas, pela falta de coerência entre a teoria e a prática, não chegam a ser verdadeiramente educados, a despeito de seus discursos formalmente sobrecarregados da noção de valor.

Necessitam ainda de capacidade de traduzir a intenção de valor em obra concreta, capaz de refletir a hierarquia que adotaram como preferível.

A educação, pois, será sempre um processo de formação pessoal, baseado na construção e renovação da cultura, segundo valores julgados bons pelo grupo e assim entendidos pelo indivíduo que se educa. Ela consiste em buscar ajuda a alguém para que persiga um modelo ideal, envolvendo dois problemas que merecem discussão.

O primeiro consistirá no exame das condições pessoais que irão capacitá-lo, ou não, para sofrerem tais transformações e, o outro, na discussão sobre o eventual direito do educador para influir deliberadamente em tais transformações sem interferência sobre a liberdade do educando.

É o que veremos a seguir.

### **A Educabilidade Humana**

O homem é essencialmente suscetível à influência do meio. Por natureza ele é moldável desde o nascimento ou, até melhor, antes mesmo, ele é geneticamente educável.



Ao nascer, a criança apresenta um equipamento reacional, de origem hereditária, extremamente reduzido e precário para lhe prover a subsistência imediata.

Não obstante, à medida que vai vivendo, novos padrões adaptativos programados em sua carga cromossômica vão amadurecendo e se exteriorizando. A maturação irá transformando essas disposições potenciais em capacidades atuais e ampliando seu grau de adaptabilidade em nível jamais alcançado por qualquer outro ser do mundo natural. Quanto maior for o desenvolvimento de tais potencialidades, tanto melhor lhe será assegurada a sobrevivência. Surgidas do poder contido no plasma germinativo desde o momento da fecundação, serão essas disposições do processo genético que assegurarão a transformação das potencialidades em capacidades concretas, implicando na conclusão da inegável base biológica no desenvolvimento da adaptabilidade humana.

### Determinismo Biológico

O reconhecimento do papel da hereditariedade levou a se atribuir o aperfeiçoamento adaptativo à expansão dos fatores internos geneticamente estruturados. Ele resultaria fatalmente da força com que tais disposições se transformassem em condutas instintivas — uma espécie de sabedoria natural para a melhor adaptação. Livrada a conduta das defor-

manes influências mesológicas, a hereditariedade levaria o ser humano ao mais pleno e cabal desenvolvimento da sua personalidade. O esforço educativo além de inútil seria nefasto, pois tais influências pouco atuariam nesse aperfeiçoamento.

O desenvolvimento, portanto, seria apenas uma questão de maturação que explicitasse a capacidade imprescindível à satisfação de cada necessidade proposta pelas aptidões. Clara ou disfarçadamente, seria a força necessária e suficiente para que se processasse o desenvolvimento. A se crer no determinismo biológico da conduta, teremos enfraquecido ao máximo a importância da educação.

### Determinismo Mesológico

Fatos observados, porém, fortalecem ponderavelmente a valorização da ação educativa na conduta, e indicam a falsidade das teorias do determinismo biológico.

A título de ilustração, vale lembrar o caso das meninas indianas — Amala e Kamala — capturadas, na segunda década deste século, por um casal de pastores protestantes, no meio de uma alcatéia. Criadas isentas dos alegados prejuízos educacionais, elas deveriam ter obtido, segundo os deterministas biológicos, invejável padrão de desenvolvimento. No entanto, não haviam atingido o mais elementar nível de adaptação, sendo portadoras de deficiências até mesmo motoras. Antes até, mantiveram-se primitivamente



ferozes e animalizadas, sem qualquer vislumbre de humanização, desprovidas do mais imediato vislumbre de dignidade. Entregues às forças biológicas, elas ficaram muito aquém do formato humano de conduta.

Os fatores congênitos, constituintes do Núcleo Estrutural de personalidade (Somatotipo, Temperamento e Nível Mental), se revelam incontestavelmente os fatores básicos da educação, pois ninguém poderá ser educado ou sequer treinado além dos limites das próprias aptidões. Mas o papel basilar desses fatores não lhes assegura o poder determinante de tais tendências. Elas não ultrapassam certas disposições inatas a ações vagas e mal discriminadas, que se irão configurar definitivamente conforme a influência do meio. Sem a força estimulante da educação, as aptidões restarão inertes e desconhecidas, negando as postulações do determinismo biológico.

O incremento da adaptabilidade decorrente de maturação não basta para propiciar a convivência social. Entre as aptidões a serem transformadas em capacidades, ressalta a da inteligência e de aprender. Sem ela, o indivíduo ficaria muito fragilizado. A estereotipia das respostas hereditárias não lhe permitiria fazer face ao imprevisto. Surpreso, ele não lograria se adaptar, dada a insuficiência das condutas pré-adaptadas hereditariamente. Ele necessita de um repertório de respostas mais rico do que aquele devido a um sistema instintivo padronizado, por mais aperfeiçoada

que fosse a sua composição genética. A complexidade das situações vitais transcende qualquer padrão de disposições instintivas, reclamando inventiva e singularidade para novas adaptações. Tal poder se enriquece progressivamente, à medida que novos neurônios se mielinizam e vivenciem a experiência ampliando, a limites inimagináveis, o poder de aprendizagem.

Assim, a despeito da evidente origem genética, da educabilidade, a formação humana demanda um fator aprendido que se sobrepõe aos demais, configurando e orientando o resultado final do processo.

A evidência das influências mesológicas acabou recaindo na reação oposta, do determinismo educacional.

Watson chegou a proclamar que poderia fazer, de qualquer neonato, um gênio ou um débil mental, santo ou criminoso, revolucionário ou pusilânime. A afirmativa, porém, não passa de vã bazófia, já que se não pode levar um educando além de suas disposições hereditárias. Qualquer programa de treinamento esbarrará no limite das aptidões contingentes. Estímulos externos, influenciando embora a conduta, são impotentes para determiná-la por si mesmos. A previsão de conduta que não leve em conta os limites biológicos terá pequena margem de acerto.

À força das influências externas apenas cabe o papel de modificar como as tendências se exteriorizam. Jamais seremos capazes sequer de transformá-las, e sim — no máximo



e apenas em certa medida — modificá-las, tornando razoavelmente diferenciada sua forma de atualização.

Sem certo mínimo de potencialidades geneticamente estruturadas, a educação se torna ineficaz.

### **Influência Mútua entre a Hereditariedade e o Meio**

O homem é geneticamente educável, trazendo desde a fecundação uma composição cromossômica em que muitas de suas respostas posteriores já se encontram programadas. Entre tais potencialidades, destaca-se a extraordinária plasticidade de sua estrutura nervosa, que lhe permitirá enriquecer o cabedal genético com as aprendizagens.

A carga hereditária já pode fazer dele o rei da criação, mas seu reinado não se configura, se isento das influências educacionais.

A pura maturação das potencialidades é insatisfatória para todas as suas exigências e necessidades adaptativas. Precisa, igualmente, da influência do meio, não apenas para que suas aptidões despertem mas, sobretudo, para preparar respostas a situações inéditas.

A influência do meio é, pois, imprescindível a uma adaptação mais ampla, por melhor que seja o seu potencial biológico. Por si só, a hereditariedade é insuficiente. Ninguém poderá aprender além dos limites das próprias aptidões e, menos ainda, em sua ausência. Não se constrói nem

excede aptidões. Nem, por outro lado, podemos prescindir de estímulos externos. Sem eles, as aptidões se tornam inatuantes.

Hereditariedade ou meio, por si sós, isoladamente, não bastam para o desenvolvimento adaptativo. Eles se reforçam mutuamente, cada qual oferecendo ao outro ensejo à atuação recíproca na promoção do processo educativo.

O homem é educável não só devido à estrutura genética do seu sistema nervoso, mas também por ser capaz de incorporar novos padrões de conduta, que imprimirão sua modalidade de adaptabilidade, singular entre todas as das demais espécies vivas.

### **LEGITIMIDADE DA EDUCAÇÃO**

Um dos mais importantes objetivos da educação consiste em levar o educando a ser livre e responsável.

Partindo dessa observação, torna-se muito inquietante a reflexão sobre a legitimidade do ato de educar. Será lícito impor a uma criança certo padrão de conduta? Não será uma violação de sua liberdade sujeitá-la a hábitos que farão dela um ser moralmente submisso às exigências vigentes? Forçar alguém a ser uma pessoa boa não será uma violação de sua dignidade essencial? O aproveitamento de sua imaturidade e falta de discernimento para submetê-la a certa diretriz, independente de sua aceitação, não atentará contra os próprios objetivos da educação? Caberá ao educa-



dor o direito de obrigar alguém a ser bom? A orientação da formação de acordo com fins previamente preferidos não comprometerá o desenvolvimento do senso de responsabilidade? Em uma palavra: não será a educação uma violência moral?

Todas as visões naturalistas da educação sempre bateram nessa tecla, atribuindo à transmissão de valores uma deplorável falta de respeito à liberdade e dignidade do educando. Tais cogitações estão na base de qualquer argumentação da chamada "pedagogia de libertação", que faz do educador um opressor e o educando um oprimido.

Temos que reconhecer o embaraçoso número de educadores que peca pelo excesso de autoridade. Para eles, a imposição de um modelo escolhido se justifica simplesmente porque lhe cabe tal dever e que sua autoridade é uma atribuição suficiente para que imponha a sua orientação, sem levar em conta as cogitações do educando. Nesse caso, será justo criticar-se tal padrão de influência que, mais que desenvolver, consegue deformar a sua personalidade. A autoridade e o poder do educador não bastam ao exercício do direito de educar. O poder de orientação de quem educa não se legitimará na força de sua autoridade. Não será por ser mais forte e poderoso que ele poderá se servir da fragilidade do educando e dele fazer o que bem lhe aprouver.

Aquele que educa não se concederá o direito de plasmar cegamente o educando segundo um modelo escolhido

como preferível, como se ele tivesse sobre este o direito de propriedade. Tal modelo de educação seria intrinsecamente imoral.

Até mesmo as exigências ditadas pelo bem comum são insuficientes para justificar os esforços de orientação e formação.

A dignidade humana faz de cada educando algo mais que um simples elemento destinado a satisfazer as necessidades e exigências do grupo. Seus inalienáveis direitos deverão prevalecer sobre os interesses sociais, tornando absolutamente imoral a educação, cujos fins valorativos se baseiem na simples automatização e na satisfação de conveniências grupais.

Essa é a consideração que distingue educação de "lavagem cerebral", já que ambas as atuações perseguem fins a atingir.

Mas suas filosofias de procedimento são antagônicas. Nas formas condutistas se pretende apenas modificações no comportamento observável, e tão só, sem outra referência. Em vez de cogitações sobre o processo interior daquele que se educa, basta-lhe tratar dos sistemas de coação capazes de modelar a conduta.

Contrariamente, nas formas educacionais mais autênticas, se procura dar a própria consciência de enriquecimento alcançada com cada nova resposta.

A influência formadora do educador se legitima pela possibilidade — intrínseca no ato — capaz de permitir o mais pleno sentido de desenvolvimento do educando. É a sua própria



realidade individual, a natural destinação pessoal, seus direitos e interesses essenciais que fornecerão, não o direito, mas até o oneroso dever de educar. A educação só é uma prática legítima porque convém ao homem tornar-se educado, e só o será quando se lhe fizer necessária, mesmo que nem sempre experimentado conscientemente.

Só é genuinamente educativa a influência que aperfeiçoa intrinsecamente o educando e quando o aperfeiçoamento fizer parte de sua realidade ontológica. É a sua destinação e sua plena realização que reclamam a perseguição dos fins a atingir.

Por isso, ela não atenta contra a liberdade. Pelo contrário, quando isenta dos esforços de opção trazidos em seu bojo pela discussão moral, a conduta resta encerrada em condicionamentos habituais, privando-a da responsabilidade decorrente da liberdade da escolha. Ao oferecer-lhe a comparação entre o que é certo e o que não o for, a orientação educativa haverá de torná-lo verdadeiramente livre. Sem isso, poderá até ficar excessivamente independente — rebelde ou licencioso — mas sem a liberdade resultante do poder de opção.

Educar-se, portanto, é um imperativo categórico do desenvolvimento. O homem necessita seguir aquilo que lhe definem os processos de inibição da conduta automática, evitando os malefícios da impulsividade-irrefletida, selecionando as melhores reações, reduzindo o egocentrismo, dirigindo o ajustamento, construindo

um desenvolvimento superior que irá torná-lo maduro. Entre os atributos potenciais do homem, o maior — sua capacidade de ser livre e moralmente responsável — não surge senão a termo do processo educativo. Decorre daí sua imperiosa necessidade de educar-se. É tal necessidade de aperfeiçoamento, que legitima a interferência do educador sobre o educando.

## PROPRIEDADES DA EDUCAÇÃO

### Finalidade

A qualidade fundamental do ato educativo é sua finalidade. Não haverá educação que não seja finalista, orientada para certo fim. Ela não pode surgir do simples crescimento, ao sabor de circunstâncias fortuitas. É isso que a distingue da maturação. Sem o acordo de fins entre educando e educador ela se desorganiza, a confiança entre eles se enfraquece e desaparece a segurança do processo.

Ignorando a que se destina, o educador se torna incapaz de educar. Na melhor das hipóteses treinará o educando para alguma função específica, tornando-o um "robot" privado de dignidade e essência humanas.

É comum a rejeição do educando por tais formas de manipulação, produzindo certo grau de cinismo e rebeldia. Grande parte do celebrado conflito de gerações pode entender-se como decorrente dessa incompatibilidade de identificação de objeti-



vos comuns, mais do que ao improvável conflito entre classes de oprimidos e opressores.

Ninguém se submete de bom grado à ação educativa se não houver logro vislumbrar o fim com que está sendo educado.

### **Influência Externa Humana**

Educação não é fruto da expansão biológica do crescimento nem de casuais injunções sociais. Como processo dirigido a certo fim, ela pressupõe uma influência externa que a livre de acidentais circunstâncias. Ela não resultará, portanto, de forças naturais ou situacionistas. O efeito de condicionantes fisiográficos ou, até, meramente coletivos, mesmo se capazes de influenciar a conduta, será de uma fugacidade e instabilidade muito distantes dos propósitos educacionais.

Educação não prescindirá de educador, normalmente um adulto e suficientemente maduro para se capacitar à função orientadora.

No desempenho desse papel, terá de desempenhar a necessária autoridade, pela qual se revelará digno de influir, e a superioridade que o tornará capaz de tal influência.

Em qualquer situação, sempre haverá alguém mais amadurecido para o desempenho da função educativa. Mesmo na chamada educação espontânea, a ausência da influência pessoal é antes aparente. Ela também resulta de uma influência humana,

ainda que mediata, exercida indiretamente das relações culturais subjacentes.

### **Intensionalidade**

A atividade de conduzir o processo educacional para um fim julgado bom exige, do educador, a determinação nítida de seus propósitos e uma disposição decididamente motivada de persegui-los. Seu procedimento haverá de ser conscientemente intencional e direto, além de continuado, pois não se firma a busca dos fins à custa de atos eventuais e fortuitos.

A ninguém será dado educar se não se sentir imbuído das atribuições e responsabilidades inerentes, e se não se sentir avassalado por profunda motivação.

### **Integralidade**

O processo educacional não pode ser dividido em atividades fragmentárias. Ele terá que abranger a totalidade íntegra do educando. A meta terá, necessariamente, que ser o pleno aperfeiçoamento global do homem e a tentativa de ajudá-lo a atingir sua mais cabal realização própria.

A compartimentação da atividade educativa em departamentos específicos e diferenciados — tais como educação intelectual, artística, cívica, religiosa, física, sexual etc. — não passa de equívoca abstração didática. Antes se trata de condições para a



educação, mais do que propriamente ramos dela.

Ela terá que se voltar para a estruturação integral do educando, a fim de que possa exercer as novas condutas aprendidas, segundo juízos de valor coerentes e harmoniosos.

## PERSPECTIVAS CONCEPTUAIS

O exame que vimos de fazer abrange elementos de três categorias: a noção das novas respostas, a do processo psíquico que as realiza e a das conseqüências do valor impregnado em cada uma delas. Cada qual dessas categorias dá uma visão diferente do processo, ensejando um conceito particular de educação.

Vejam, todas elas, a seguir.

### Conceito Biológico

Como ficou visto, não podemos eximir o fato educacional de sua origem biológica. A mudança de conduta ocorrida ao longo do processo, relacionando o indivíduo e o meio, é um fenômeno de adaptação e, como tal, destinado a propiciar a sobrevivência.

Não são todos os processos adaptativos que podem ser entendidos como educacionais, mas não haverá fato educacional que não seja adaptativo. Às vezes, a adaptação redunde de meras modificações metabólicas, obtidas automaticamente pelo processo humoral. Trata-se, então, de

um recurso elementar de sobrevivência, comum a todos os seres vivos.

Mas em outros casos, a adaptação se dá graças a processos nervosos, que regem a conduta, como uma função de relação entre o indivíduo e o meio, produzindo a experiência.

A adaptação tem seus limites compreendidos entre o aproveitamento das potencialidades genéticas, objetivando uma sobrevivência saudável, segundo o nível nutricional do organismo e a orientação fornecida pela experiência.

A hereditariedade, embora básica, não é fatal nem exclusiva. O genótipo se dirige a certo padrão de vida, ao qual o meio pode oferecer, ou não, possibilidades de resistência. Sob tal influência — ora estimulante, ora inibidora — ele se transforma em fenótipo. É a educação que define e orienta a adaptação.

O genótipo é apenas um conjunto de possibilidades que o corpo assumirá como lhe fica assegurado pela experiência. A carga genética não poderá ser negada nem contida pela educação. Ela consente, porém, ser desviada pela experiência, que se torna então a plasmadora de sua manifestação.

Os efeitos da experiência variam, outrossim, com o estado nutritivo do organismo modificando o ritmo, a qualidade e o rendimento da educação. Aprendizagem e educação reclamam um tropismo sadio dos tecidos, sobretudo do nervoso.

Em uma palavra, a educação consiste num esforço diretivo de proces-



sar a hereditariedade de modo a orientar ou sublimar suas manifestações. Resulta daí conceito dentro de uma perspectiva biológica: *Educação é o processo de adaptação para sobreviver, limitado pela hereditariedade, orientado pela experiência e sustentado pela alimentação.*

### Conceito Psicológico

O psiquismo é uma função nervosa que conduz à adaptação. Resultante dos processos nervosos que regem a conduta relacionando indivíduo e meio, a adaptação induz a produção da experiência.

Nem sempre a experiência alcança o nível de fato educacional. Basta que lhe falte a componente apreciativa, e ela ficará aquém dos umbrais educacionais, como se verifica em animais e imaturos. O inverso, porém, é sempre verdadeiro: não pode haver um único elemento da evolução educativa que não haja sido apreendido por uma experiência que se tenha integrado ao organismo.

Do ponto de vista psicológico poderemos, então, conceituar educação como sendo o *Processo de Aprendizagens do qual resulta o progressivo desenvolvimento da personalidade.*

### Conceito Sociológico

Se a adaptação e a experiência podem ser comuns a todos os entes do reino animal, o ajustamento é apaná-

gio da humanidade. Fora da chancela que discrimine o comportamento aprendido entre o bem e o mal não terá lugar genuinamente a educação, independente do grau de perfeição de cada nova resposta.

A estruturação do ajustamento percorre um itinerário acidentado, iniciado precocemente, longo, penoso, semeado de imprevistos.

Seus passos iniciais surgem nos primeiros estágios embrionários, em torno das condições que lhe facilitam ou dificultam os imperativos de crescimento inscritos na carga genética. Trata-se de uma afetividade vaga e confusa, resultante da afirmação de sobrevivência ou da ameaça a ela.

A tonalidade emocional referida aos estados vitais se conserva no neonato até que os progressos da mielinização lhe forneçam um padrão perceptivo capaz de discriminar quais estímulos sempre estão presentes nas situações de satisfação e ausentes nas de carência. No conjunto desses estímulos se inclui, ainda no primeiro semestre, a figura da mãe, não propriamente como pessoa amada mas como objeto privilegiado na obtenção da segurança para sobreviver. A mãe, no caso para ela, não passa de objeto profundamente ligado às sensações vitais.

Outros, como o pai, os parentes, serviços, vizinhos etc., que eventualmente desempenhem essa função, como se fossem uma espécie de mães substitutas, alargam o sistema de identificação de novas pessoas ligadas aos hábitos de sobrevivência.



A diuturna e infundável reiteração do efeito da presença da mãe nos momentos de satisfação produz os condicionamentos que a transformam em sinal de aproximação de satisfação. A criança reclama, então, sua presença, ao experimentar qualquer necessidade. Satisfazendo-a, a mãe devolve-lhe a segurança ameaçada e reforça a vinculação entre elas. A mãe é então buscada não como uma pessoa amada mas como sinal capaz de tranquilizar antecipadamente, pela indicação de que o ensejo de satisfação se aproxima. A exacerbação desse efeito causado pela continuidade da repetição da atuação materna transforma-a de sinal em símbolo de satisfação. Agora, o que lhe agrada nela não é só o efeito satisfatório que ela lhe propicia, mas a simples presença. Ela já obtém segurança pelo simples fato de senti-la junto a si. A mãe deixa de ser objeto de sobrevivência para se transformar em pessoa de convivência.

Nasce, assim, o primeiro vínculo verdadeiramente social. A ele juntar-se-ão outros — pai, parentes, vizinhos etc. — que, paulatinamente, fornecerão novos padrões de relacionamento.

A descoberta progressiva da autoridade, do convívio, da compartilhação, a obediência a regras irão introduzi-la no difícil mundo social. Dá-se então a iniciação cultural, quando os produtos sociais se fazem estímulos às suas ações, com inimaginável poder multiplicador de influenciação devida à conquista da

reflexão abstrata, surgida ao final da infância e que haverá de introduzi-la no mundo dos valores.

A apaixonante descoberta — típica da adolescência — das razões axiológicas haverá de conferir-lhe o senso de escolha e responsabilidade, de luta pela independência e, finalmente, de conquista da liberdade. O malogro desses esforços produzirá uma conduta rebelde e contestatória, cheia de imediatismo egocêntrico, impedindo-lhe humanização genuína. Essa, a razão fundamental para a imprescindível necessidade educacional humana, dentro do quadro cultural que o ampara.

Desse modo podemos, sociologicamente, conceituar a educação como um *Processo de Ajustamento do indivíduo ao grupo e dos grupos entre si segundo a transmissão, a conservação e a renovação da cultura, de acordo com os valores preferenciais do grupo, visando ao desenvolvimento e à segurança do educando.*

### Conceituação Ampla

Fundindo as noções vindas dos conceitos biológicos, psicológicos e sociológicos de educação, podemos afirmar que *Educação é um processo de enriquecimento da personalidade, resultante de uma influência humana, continuado e ordinariamente sistematizado, tendo em vista fins morais a atingir, segundo uma hierarquia de valores própria à cultura onde ela viva.*



## CONCLUSÃO

Formas educacionais assentadas no ensino de "reações observáveis exteriormente" está causando uma deterioração devastadora.

Afora demagogos e irresponsáveis que trazem à educação apenas a audácia de suas tiradas e objetivos de moda, mesmo entre aqueles mais sérios e honestos, costuma-se limitar a considerações sobre currículos, programas, inferências e estatísticas, e uma série de outras investigações alheias ao enriquecimento da personalidade do educando.

São postulações fátuas, nada além de variações em torno do tema.

Não se pode entender educação senão como instrumento de consolidação harmoniosa da personalidade do aprendiz e da integração dos homens entre si. Hoje se tornou muito difícil satisfazer a essa função.

O ajustamento por ela buscado serve-se da transmissão e da renovação da cultura, a fim de regular barreiras, atrações e repulsões entre os membros do grupo. Mas cabe-lhe, também, a renovação para prevenir surpresas advindas de situações que se apresentem ineditamente.

Ajustar supõe relações regidas por valores e cada grupo dispõe de valores específicos. O ajustamento implica em considerações culturais.

Se alguém se muda de grupo, os choques entre as culturas nova e antiga dificultam o resultado da educação, porque nas novas circunstâncias ele pode se revelar incompe-

tente para lidar com o ambiente. Sobretudo se o indivíduo entende que não mais poderá voltar a antigas condições, o efeito será muito mais devastador. Hoje esse choque devido à mudança está se dando até mesmo dentro da própria cultura.

O tempo e o espaço encolheram. Os meios de comunicação, ao facilitarem o confronto de diferentes quadros culturais, facilitam o aparecimento de choques tornando o homem inseguro dentro da própria cultura, fazendo-o um estranho perante seu próprio ambiente.

Em uma cultura toda baseada no efêmero e no transitório, o ajustamento se tornará obrigatoriamente periclitante.

Produção em série, modernos meios de comunicação e processos massificados de ação coletiva criaram a mística do consumo e do desapego, uma certa indiferença à perenidade dos bens substituída pela sofreguidão da novidade.

A fugacidade do real não exige apenas ajustamento. Ela reclama *ajustamento-já* porque, se demorar, quando vier pode não ser mais necessário. Essa a nova dimensão imposta pelos novos tempos à educação.

Isso exaure a força e a resistência dos contemporâneos, criando certa visão relativista e indiferente, antagônica à importância dos valores, omitindo o significado da educação.

Sucumbidos de perplexidade, os "educadores" fogem de decisões significativas, refugiando-se em uma pe-



dagogia cartorial e milagreira, onde o homem fica esquecido em favor dos

métodos. Até, pelo menos, que a humanidade termine por ser destruída.



**RUBEM BARBOSA ROSADAS** Coronel Professor e Psicólogo. Assessor Pedagógico e Cultural do Comando da AMAN. Ex-Chefe da Cadeira de Psicologia da AMAN. Titular de Psicologia Aplicada do Trabalho (Faculdade de Administração da SOBEU), de Psicologia Social (Faculdade de Comunicação Social da SOBEU) e de Psicologia da Educação (Escola de Educação Física de Volta Redonda). Ex-Conferencista da ECEME e do CEP. Titulado Professor Emérito pela Câmara de Vereadores de Resende. Possui os cursos: Regular de Oficial de Infantaria (AMAN), Técnica de Ensino (CEP) e Pós-Graduação Lato-Sensu em Metodologia do Ensino Superior.